



# Câmara Municipal de Jaguariúna

## SECRETARIA

Processo Nº 125 Exercício de: 2021

ASSUNTO: \_\_\_\_\_

Projeto de Lei nº 069/2021 do Sr. Romilson Nascimento Silva – dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do município de Jaguariúna, e dá outras providências;

Nome: Ver. Romilson N. Silva

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO  
em Sessão de 23/11/2021  
[Signature]  
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO  
em Sessão de 07/12/21  
[Signature]  
PRESIDENTE

**APROVADO**  
Favoráveis 11  
Contrários -  
Abstenções -  
23/11/2021  
[Signature]  
PRESIDENTE

**ATUAÇÃO**

**APROVADO**  
Favoráveis 12  
Contrários -  
Abstenções -  
07/12/21  
[Signature]  
PRESIDENTE

Os \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_, nesta cidade de Jaguariúna, a Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. O que para constar, faço este termo. \_\_\_\_\_ Secretário, a subscrevi





# Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

**Projeto de Lei nº 69/2021.**

**“Dispõe sobre a publicação, de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do município de Jaguarina”, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Jaguarina aprova a seguinte lei:

**Art. 1º** Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Público Municipal, publicarão, mensalmente, em seus respectivos endereços eletrônicos, relação de todas as viagens intermunicipais realizadas com veículos pertencentes à frota municipal ou a seu serviço.

**Parágrafo único.** A relação de que se trata o *caput* deste artigo deverá estar disponível no respectivo Portal da Transparência do órgão, por no mínimo, 12 (doze) meses.

**Art. 2º** A relação a que se refere a Artigo 1º desta Lei conterá, as informações:

- I- Descrição do veículo contendo seu modelo, número de identificação e placa;
- II- Origem;
- III- Destino;
- IV- Servidor solicitante;
- V- Motorista;
- VI- Finalidade da viagem
- VII- Servidor responsável pela liberação.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jaguarina, 30 de agosto de 2021.

**PROTOCOLO**

Nº de Ordem 1587/2021

Fls. Nº 52 Livro Nº 042

31/08/2021

Secretária

**VEREADOR ROMILSON SILVA – DEM**

LIDO EM SESSÃO

DE 14 / 09 / 21

PRÉSIDENTE



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, contata-se que o Projeto em apreço se encontra dentro das disposições constantes do Regimento Interno e da Lei Orgânica deste Município, não havendo que se falar em qualquer vício formal ou material.

Superada essa análise, consigna-se que se faz necessário que a Administração Pública aja com **o mínimo de transparência e zelo quando se trata do uso de recursos públicos**. Neste sentido, nada mais transparente do que permitir a toda população de forma **fácil e eficaz** tenha a possibilidade de exercer controle social sobre os atos da Administração Pública no que diz a respeito à utilização dos veículos do município.

De tempos em tempos há boatos sobre a má utilização dos veículos de propriedade do município, boatos que jamais podem ser confirmados, uma vez que a gestão da frota não é publicizada por qualquer dos órgãos municipais.

A presente propositura não tem outro objetivo senão permitir que haja efetiva transparência nos atos da Administração Pública. Nesse sentido, a Administração, seus órgãos descentralizados e a população de Jaguariúna só tem a ganhar com o dispositivo nesse projeto, que, ao fim e ao cabo, poderá inclusive ser benéfico para melhor qualificação de nosso município perante o índice de transparência pública.

Assim, tal Projeto encontra-se embasado nos Princípios Constitucionais da **Publicidade** e **Moralidade** dos atos Administrativos, todos constantes do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

Acerca desses princípios, o grande Administrativista Celso Antônio Bandeira de Mello disserta:

- Sobre o Princípio da **Publicidade**: “Consagra-se nisto o dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos. Não pode haver em um Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição), ocultamento aos administrados dos assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida

(...)





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

“Na esfera administrativa o sigilo só se admite, a teor do art. 5º, XXXIII, precitado, quando ‘imprescindível á segurança da Sociedade e do Estado’”.

- Sobre o Princípio da **Moralidade**: “De acordo com ele, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicara violação ao próprio Direito, configurando *ilicitude* que se assujeita a conduta viciada a invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de *pauta jurídica*, na conformidade do artigo 37 da Constituição”.

Nesses termos, dada a fundamentação exarada, considerando que a presente propositura encarna a defesa supremacia do interesse público, colocando em pratica os princípios Constitucionais e Administrativos supracitados, considerando ainda que deva ser dada oportunidade á população de Jaguariúna de acompanhas de forma eficaz e simplificada o acesso Constitucional Direto de informação. Por todo exposto, encaminhamos o presente Projeto de lei, contando com a costumeira aquiescência dos nobres colegas pares desta Casa de Leis.

**VEREADOR ROMILSON SILVA - DEM**





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 465/2021

Jaguariúna, 15 de setembro de 2021

Senhor Presidente

Passamos às mãos de Vossa Excelência para parecer dessa digna Comissão o Projeto de Lei nº 069/2021, do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do município de Jaguariúna, e dá outras providências; lido em Sessão Ordinária, realizada em 14 de setembro do corrente, por esta Casa de Leis, para que o mesmo seja pautado em reunião Ordinária das Comissões Permanentes, nos termos do inciso I, art. 83, do R.I.

Atenciosamente,

**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
Presidente

Ao Senhor

Vereador Wilian Barbosa do Morrinho

Presidente da Comissão Permanente de

Constituição, Justiça e Redação

Jaguariúna/S.P.



## Área de relacionamento

### Histórico de consultas realizadas

Ver todos os atendimentos   ▼   No último ano   ▼   [enviar](#)

Sua consulta jurídica foi registrada em nosso sistema.

Você pode anexar documentos à consulta através do link "Anexar informação complementar" abaixo.

#### Atendimentos em andamento

##### Parecer Jurídico

Iniciado em 11/11/2021 09:00 por ADRIANA GODOY DE CHAMI ALVES, DIRETORIA JURÍDICA DEPARTAMENTO JURÍDICO

Em atendimento

[Anexar informação complementar »](#)

##### Anexos do atendimento

###### Consulta registrada pelo consulente

Projeto do legislativo que dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos.

📎 [Anexo 105175 - Documento enviado pelo consulente](#)

[« voltar para a página principal da área do associado »](#)

« 0 0 0 0 0 0 »



## **PARECER**

Nº 3786/2021<sup>1</sup>

- PP – Patrimônio Municipal. Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Publicação de viagens intermunicipais com veículos públicos. Lei de Acesso à Informação. Análise da validade. Considerações.

### **CONSULTA:**

A Consulente, Câmara, encaminha, para análise da validade, projeto do legislativo que dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos.

### **RESPOSTA:**

O presente projeto de lei, de iniciativa parlamentar, pretende obrigar os órgãos da administração pública direta e indireta do Poder Público Municipal, a publicarem, mensalmente, em seus respectivos sites, a relação de todas as viagens intermunicipais realizadas com veículos pertencentes à frota municipal ou a seu serviço (art.1º, PL). A relação deverá conter as seguintes informações (i) descrição do veículo contendo seu modelo, número de identificação e placa; (ii) origem; (iii) destino; (iv) servidor solicitante; (v) motorista; (vi) finalidade da viagem; (vii) servidor responsável pela liberação (art.2º, PL).

Pois bem. Como se sabe, os veículos pertencentes ao Poder Público destinam-se tão-só e unicamente ao uso em serviço. Qualquer outro tipo de uso atenta contra o princípio da moralidade, de que fala o art. 37 da Constituição Federal. Nesse sentido, cada Poder poderá regulamentar o uso dos veículos oficiais em seu âmbito.

<sup>1</sup>PARECER SOLICITADO POR ADRIANA GODOY DE CHAMI ALVES, DIRETORIA JURÍDICA/ DEPARTAMENTO JURÍDICO - CÂMARA MUNICIPAL (JAGUARIÚNA-SP)

A propósito do assunto, vale lembrar que o IBAM elaborou um modelo de regulamento de utilização de veículo oficial da Câmara Municipal, disponível em [http://lam.ibam.org.br/modelo\\_detalhe.asp?idm=99](http://lam.ibam.org.br/modelo_detalhe.asp?idm=99). Embora o modelo contenha regra restringindo a condução do veículo por servidor ocupante de cargo de motorista, nada obsta que o regulamento a ser editado disponha de outra forma.

É de se entender, desse modo, não possam os agentes políticos utilizar-se dos veículos oficiais para atividades outras que não se incluam entre as vinculadas ao serviço público. O uso de veículo oficial seja da Câmara ou do Executivo para atividades estranhas ao funcionamento desses Poderes não é admissível. A respeito, argumenta Hely Lopes Meirelles que o agente público:

“Como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto. Por considerações de Direito e de moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto...” (In *Direito Administrativo Brasileiro*, São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p.83).

De outro, temos que o princípio da publicidade abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Em assim sendo, temos que o procedimento a ser adotado pelo ente público, bem como por aqueles que o substituem, para dar conhecimento a todos acerca dos atos da administração deve sempre aspirar a mais ampla divulgação possível entre os cidadãos, de modo a possibilitar o controle acerca da legitimidade de suas condutas.

Vale consignar que o princípio constitucional da publicidade, mais



do que um meio de legitimar a atuação estatal e possibilitar o controle dos seus atos pela sociedade, constitui mecanismo apto a concretização do direito fundamental ao acesso à informação, inserto no art. 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior. Portanto, o direito fundamental mencionado em cotejo com o vetor constitucional da publicidade encontra supedâneo em premissa inerente à concretização do Estado Democrático de Direito, qual seja, tornar manifestas e patentes as ações estatais para que de sua condução participem todos aqueles sobre os quais recairão as consequências oriundas desta atuação, princípio básico de uma Administração Pública transparente e participativa.

Nesse diapasão, o art. 3º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), em seu inciso II, assevera que seus procedimentos devem assegurar este direito fundamental com a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações:

"Art. 3º: Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública." (Grifos nossos).

Em complemento, o art. 8º da Lei nº 12.527/11 estipula o dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Já o § 2º deste mesmo dispositivo averba que para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

Desse modo, quer nos parecer que a propositura sob exame viola o princípio da necessidade, por já existir normativa a respeito da obrigatoriedade de divulgação de informações de interesse público, como no caso da utilização de veículos públicos, além de invadir a competência do Executivo, para dispor internamente sobre o assunto.

Por fim, caso o Legislativo municipal venha a constatar que o referido dever de divulgação de informações de interesse público não está sendo observado no âmbito da municipalidade não só pode como deve utilizar o seu poder de fiscalização, podendo solicitar informações e perquirir junto ao Executivo quais as medidas serão tomadas para restauração do direito em tela.

É o parecer, s.m.j.

Fabienne Oberlaender Gonini Novais  
Assessora Jurídica

Aprovo o parecer

Marcus Alonso Ribeiro Neves  
Consultor Jurídico

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2021.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 069/2021.

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE e OBRAS, PLANEJAMENTO, SERVIÇOS PÚBLICOS, ATIVIDADES PRIVADAS E TRANSPORTES AOS PROJETOS DE LEI Nº 069/2021, ASSINADO PELOS RELATORES SRS. WILIAN BARBOSA DO MORRINHO, ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO e WANDERLEY TEODORO FILHO; e demais membros.

**Autoria: VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA.**

**Parecer: FAVORÁVEL para o projeto.**

De autoria do Vereador Romilson Nascimento Silva o Projeto de Lei nº 069/2021, que dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do Município de Jaguariúna.

No mérito, o projeto torna transparente e efetivo a visualização de atos administrativos públicos em relação à utilização de veículos públicos do Município.

Na exposição de motivos, o vereador explica que o projeto teve embasamento legal no caput do art. 37 da Constituição Federal, que trata dos Princípios de Publicidade e Moralidade.

O projeto veio acompanhado de ampla documentação.

É o relatório.

Com este relatório, compete a essas comissões, reunidas em conjunto, na forma prevista pelo Artigo 97 do Regimento Interno, exarar parecer sobre a legalidade, conveniência e oportunidade do projeto de lei em epígrafe.

Destarte, verifica-se que a proposição em comento atende aos requisitos legais, não existindo nenhum vício que impeça seu regular trâmite.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 069/2021.

Portanto, verifica-se que a presente proposta veio acompanhada de todos os requisitos necessários para sua discussão e votação.

Do constante, verifica-se que o Projeto de Lei nº 069/2021 é legal, conveniente e oportuno.

Desta forma, o Projeto de Lei está apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de Novembro de 2021.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

**VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO**

Presidente - Relator

**VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA**

Vice-Presidente

**VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECON**

Secretário

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

**VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Presidente - Relator

**VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ**

Vice-Presidente

**VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS**

Secretário





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 069/2021.

Pela Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes:

**VEREADOR JOSÉ MUNIZ**

Presidente

**VEREADOR WANDERLEY TEODORO FILHO**

Vice-Presidente - Relator

**VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Secretário

LIDO EM SESSÃO  
DE 23 / 11 / 2021  
PRESIDENTE



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 069/2021


Adicione-se Parágrafo único ao art. 2º do Projeto de Lei nº 069/2021

“Art. 2º .....

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....


Parágrafo único. Os veículos de urgência e emergência pertencentes a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Saúde poderão deslocar-se para outra localidade sem autorização prévia, com o objetivo de atendimento da ocorrência, porém, em momento oportuno após o término da ocorrência deverão realizar o relatório que será submetido ao chefe imediato, para conhecimento e providências.”

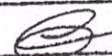
Câmara Municipal de Jaguariúna, 23 de novembro de 2021.

  
VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES

  
VEREADOR WALTER LUIS TOZZI DE CAMARGO

|             |   |
|-------------|---|
| PROTOCOLO   |   |
| Nº de Ordem | 2039  |
| Fls. Nº     | 100 Livro Nº 42   |
| 23/11/2021  |  |
| SECRETARIA  |   |

LIDO EM SESSÃO  
DE 23/11/2021  
  
PRESIDENTE

|            |   |
|------------|---|
| APROVADO   |   |
| Favoráveis | 11  |
| Contrários | -   |
| Abstenções | -   |
| 23/11/2021 | <br>PRESIDENTE |





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 069/2021

Dispõe sobre a publicação, de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do município de Jaguariúna", e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Público Municipal, publicarão, mensalmente, em seus respectivos endereços eletrônicos, relação de todas as viagens intermunicipais realizadas com veículos pertencentes à frota municipal ou a seu serviço.

Parágrafo único. A relação de que se trata o caput deste artigo deverá estar disponível no respectivo Portal da Transparência do Órgão, por no mínimo, 12 (doze) meses.

Art. 2º - A relação a que se refere a Artigo 1º desta Lei conterá, as informações:

I - Descrição do veículo contendo seu modelo, número de identificação e placa;

II - Origem;

III - Destino;

IV - Servidor solicitante

V - Motorista;

VI - Finalidade da viagem

VII - Servidor responsável pela liberação.

Parágrafo único - Os veículos de urgência e emergência pertencentes a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Saúde, poderão deslocar-se para outra localidade sem autorização prévia, com o objetivo de atendimento da ocorrência, porém, em momento oportuno, após o término da ocorrência, deverão realizar o relatório que será submetido ao Chefe imediato, para conhecimento e providências.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor em 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 07 de dezembro de 2021.

  
**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
Presidente

  
**VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES**  
Vice Presidente

  
**VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ**  
Primeira Secretária

  
**VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECON**  
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

  
Creusa Aparecida Gomes  
Diretora Geral





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE n.º 750/2021

Jaguariúna, 07 de dezembro de 2021

Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para sanção e promulgação, Projeto de Lei nº 069/2021 do Sr. Romilson Nascimento Silva que dispõe sobre a publicação de viagens intermunicipais realizadas com veículos públicos no âmbito do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; o qual foi aprovado em Primeira e Segunda Discussões, em Sessões Ordinárias por unanimidade de votos, realizadas respectivamente em 23 de novembro e 07 de dezembro de 2021, nesta Casa de Leis.

Comunicamos que referido Projeto de lei recebeu dos Srs. Silvio Luiz Telles de Menezes e Walter Luis Tozzi de Camargo, Emenda Aditiva, a qual foi aprovada por unanimidade de votos. (cópia anexa)

Atenciosamente,

  
**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
Presidente

À Sua Excelência o Senhor  
Márcio Gustavo Bernardes Reis  
Prefeito Municipal  
Jaguariúna – S.P.